

*Entre a pena e a espada.  
Literatura e política no  
governo de Floriano  
Peixoto: uma análise do  
jornal O Combate (1892)*



**ENTRE A PENA E A ESPADA. LITERATURA E  
POLÍTICA NO GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO:  
UMA ANÁLISE DO JORNAL *O COMBATE* (1892)**

**RESUMO**

Este artigo trata da atuação de um grupo de escritores no Rio de Janeiro durante os primeiros anos da República. Devido à oposição política que fizeram ao então presidente Floriano Peixoto, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat e José do Patrocínio sofreram intensa represália entre 1892-1893: foram presos e desterrados. A análise do jornal *O Combate*, publicado durante o primeiro semestre de 1892, foi a estratégia escolhida para a compreensão do conflito entre este grupo de literatos e o governo federal, apresentando o teor e a origem das críticas direcionadas a Floriano Peixoto através da imprensa.

**PALAVRAS-CHAVE**

Literatos; Governo Floriano Peixoto; Imprensa

Ana Carolina Feracin da Silva<sup>1</sup> ENTRE A PENA E A ESPADA.  
LITERATURA E POLÍTICA NO  
GOVERNO DE FLORIANO  
PEIXOTO: UMA ANÁLISE DO  
JORNAL O COMBATE (1892)<sup>2</sup>

O incidente havido entre os Srs. Drs. Raul Pompéia e Olavo Bilac foi ontem honrosamente liquidado para ambos. Embora estivesse na primeira página de *O Combate*, essa nota não chamava muita atenção entre os vários artigos, crônicas e o noticiário daquele 22 de março de 1892. Talvez fosse essa mesma a intenção dos principais redatores do jornal, Pardal Mallet e o próprio Olavo Bilac que, sem maiores comentários, davam o caso por encerrado.

No entanto, por trás de tal publicação estavam fatos que se agravavam já há algumas semanas e cujo desfecho se dera na noite anterior, quando Raul Pompéia e Olavo Bilac se encontraram no ateliê dos irmãos Bernadelli para um duelo com espadas.<sup>3</sup> Porém, quando estava tudo pronto, com a presença dos padrinhos e do médico, o Dr. Heitor Murat, irmão do escritor Luís Murat, os dois literatos não chegaram às vias de fato: ao empunharem as espadas, foram convencidos pelas testemunhas a desistirem da contenda.<sup>4</sup>

Segundo informam alguns biógrafos, Bilac foi o primeiro a concordar com a suspensão do embate — *Fui eu o ofensor*.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas. Bolsista Fapesp. <anaferacin@uol.com.br>

<sup>2</sup> Este artigo é uma versão modificada do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Campinas: Unicamp, 2001, orientada pela Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha e financiada pela Capes.

<sup>3</sup> PONTES, E. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935. p. 248.

<sup>4</sup> Id. e MAGALHÃES JUNIOR, R. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: CEA, 1974. p. 152.

*Dou-me por satisfeito, teria dito o poeta enquanto estendia a mão para o adversário, que constrangido e de má vontade apertou.*<sup>5</sup>

Embora fossem velhos conhecidos e amigos de redação à época da publicação do semanário *A Rua*, em 1889, quando combateram o regime monárquico<sup>6</sup>, em 1892 Olavo Bilac e Raul Pompéia encontravam-se em campos opostos no cenário político. O ponto de discórdia era o governo do marechal Floriano Peixoto, primeiro vice-presidente da República que havia assumido a Presidência em novembro de 1891, depois da renúncia de Deodoro da Fonseca.

*O Combate*, fundado por Pardal Mallet, Olavo Bilac e Lopes Trovão no início de 1892, era um jornal de oposição por excelência. De suas páginas os redatores lançavam críticas ferozes a Floriano, principalmente porque julgavam que a sua posição na Presidência do país era ilegal de acordo com a interpretação que davam a um Artigo da primeira Constituição da República. Do lado oposto, Raul Pompéia, através de sua coluna *As Lembranças da Semana*, publicada no *Jornal do Commercio*, revelava-se um defensor exaltado do governo florianista.

Não demorou muito para que se estabelecesse uma polêmica, tornando eminente um confronto entre as duas partes. O que a princípio parecia restringir-se a uma defesa entre posições políticas diferenciadas, logo se transformou em uma troca de ofensas pessoais entre Raul Pompéia e Olavo Bilac. O estopim foi aceso no trecho final de uma crônica da seção *Vida Fluminense* assinada por Bilac sob o pseudônimo de Pierrot e publicada em *O Combate* em 8 de março de 1892:

---

<sup>5</sup> Quem narrou este desfecho foi Francisco de MATOS, um dos padrinhos de Pompéia, entrevistado por Eloi PONTES à época da elaboração de seu trabalho, Cf. PONTES, op. cit., p. 249. MAGALHÃES JUNIOR reproduz o mesmo trecho em sua biografia sobre Bilac, MAGALHÃES JUNIOR, op. cit., p. 152. De acordo ainda com a lembrança de alguns contemporâneos, Raul Pompéia nunca ficara satisfeito com tal acordo, considerando-se desonrado, Cf. OTÁVIO, R. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC, 1978. p. 216.

<sup>6</sup> Faço uma análise deste periódico no segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulado *Jornadas revolucionárias: A Rua e O Meio*, SILVA, op. cit., p. 49-130

*'As Lembranças da Semana', folhetim do 'Jornal do Commercio', bem estão merecendo da nossa crônica uma menção especial. O autor das 'Lembranças' é um empregado do governo, professor de Mitologia da Escola de Belas Artes. Esse moço bem podia ganhar e ingerir o seu ordenado completamente sem rebaixamento de caráter e sem alusões indignas. Ele, entretanto, prefere comer esse pão que o diabo amassou, repassando-o pela manteiga do servilismo e da adulação. É muito pretensioso quando pensa que incensando o marechal Deodoro o arrasta para as bandas florianistas, onde a desonra impera. Talvez não seja pretensão, talvez seja amolecimento cerebral, pois Raul Pompéia masturba-se e gosta de, altas horas da noite, numa cama fresca, à meia luz de 'veilleuse' mortiça, recordar, amoroso e sensual, todas as beldades que viu durante o dia, contando em seguida as tábuas do teto onde elas vaporosamente valsam.<sup>7</sup>*

Segundo Raimundo de Menezes, esta nota repercutiu rapidamente e *estourou como uma bomba nas rodas literárias*, entre cochichos maledicentes seguidos de risinhos à socapa.<sup>8</sup> A propósito desta crônica da Vida Fluminense, os biógrafos e memorialistas, contudo, são unânimes em apontar um possível mal-entendido: para aquela edição de *O Combate*, o texto da série teria sido escrito por Oscar Rosas, que atendendo a um pedido de Bilac, substituiu-o excepcionalmente na redação da coluna naquele dia, utilizando o mesmo pseudônimo. Tais autores comentam ainda que Olavo Bilac tentara explicar o incidente a Pompéia, procurando-o em vão pela cidade para desculpar-se pelo parágrafo malicioso publicada na coluna de sua responsabilidade no jornal.<sup>9</sup> Seja como for, alguns dias depois, Raul Pompéia respondeu à crítica num trecho final de *As Lembranças da Semana*:

---

<sup>7</sup> PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1892. *Vida Fluminense*.

<sup>8</sup> MENEZES, R. de. *Guimarães Passos e sua época boêmia*. São Paulo: Martins, 1953. p. 126.

<sup>9</sup> MAGALHÃES JUNIOR, op. cit., p. 151; MENEZES, op. cit., p. 126-127; OTÁVIO, op. cit., p. 213-214 e PONTES, op. cit., p. 242-243.

*Pode-se relançar à conta dos fatos da semana a agressão que sofreu nominalmente o obscuro autor destas crônicas, da parte dos escritores prováveis ou certos da seção especial dos desaforos, de um dos diários desta cidade. Fato mínimo, que só não foi personalíssimo, porque foi um caso de imprensa e por isso apenas é lembrado em fim de crônica. Ficou sem reposta a tal agressão. Respingo de lama pode lá ter troco? Nem sequer desprezou-se: seria sujar o desprezo. Quanto a responder... haveria mister voltar contra os agressores a mesma arma fácil da afronta, de que se serviriam, assacar um doesto bem forte, dizer, por exemplo, detidamente, que o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados – para tudo – pelo estigma preliminar do incesto. Mas até onde iria o escândalo, o ruidoso escândalo inútil?*<sup>10</sup>

Ainda que a autoria de Oscar Rosas na nota estivesse tão amplamente divulgada nos círculos literários, como insistem biógrafos e memorialistas, podendo possivelmente ter chegado aos ouvidos de Raul Pompéia, ele não isentou Olavo Bilac da responsabilidade daquela publicação no *O Combate* – já que, como secretário da folha, todos os textos deveriam passar necessariamente pela sua supervisão. A alusão ao incesto, portanto, destinava-se justamente a comprometê-lo publicamente. Segundo a explicação de um autor, Bilac costumava dizer *não precisar casar-se porque já tinha um filho, seu sobrinho, nascido de Cora*, uma irmã mais velha do poeta.<sup>11</sup>

À publicação do texto de Raul Pompéia, seguiu-se o encontro acidental entre os dois literatos na confeitaria Cailteau, onde inevitavelmente se atracaram aos safanões e se esbofetearam, sendo apartados graças às várias investidas dos colegas que se encontravam no local.<sup>12</sup> Rodrigo Otávio, que na ocasião

<sup>10</sup> Y. [Raul Pompéia] *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 mar. de 1892. As Lembranças da Semana apud COUTINHO, A. (Org.) *Raul Pompéia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 538. Crônicas, 4.

<sup>11</sup> MAGALHÃES JUNIOR, op. cit., p. 152

<sup>12</sup> Id.; MENEZES, op. cit., p. 128; OTÁVIO, op. cit., p. 214 e PONTES, op.cit., p. 243

acompanhou Pompéia de volta para casa, lembraria que foi ainda no meio do caminho que o amigo decidiu desafiar Olavo Bilac para um duelo, explicando que *só a sangue isso pode acabar*.<sup>13</sup>

Daí em diante, os padrinhos escolhidos por Pompéia acertaram-se com os intermediadores de Bilac marcando o dia e local para o embate. Contudo, ainda que o duelo não tenha se realizado, o confronto estava armado. Motivado pela troca de ofensas entre os dois escritores, tinha sua origem, na verdade, no antagonismo de suas posições políticas. Tal episódio acaba funcionando como uma janela de acesso à problematização de uma série de conflitos que seriam deflagrados entre os literatos cariocas durante os primeiros anos do regime republicano, sobretudo envolvendo aqueles do grupo de *O Combate*, devido à intensa oposição que faziam ao governo de Floriano Peixoto. Do interior da desavença protagonizada por Bilac e Pompéia e para além do sentido particular que o confronto assumiu para ambos, desponta um período de graves tensões, onde a imprensa constituiu uma arena particular de disputa e de defesa de posições políticas diferenciadas.

Comumente, a historiografia que tratou do tema da literatura e vida literária no Rio de Janeiro no final do século XIX atesta que a experiência de alguns escritores nesses primeiros anos da República foi marcada pela repressão política. De fato, em 1892, nomes como Olavo Bilac, Pardal Mallet e José do Patrocínio constavam entre aqueles que foram presos ou desterrados pelo governo federal. O motivo, bastante óbvio, foi a intensa oposição desses literatos, através da imprensa, a Floriano Peixoto. Contudo, para alguns autores, tais episódios apenas ilustram a constatação de que os anos de governo florianista caracterizaram-se por tensões políticas acirradas, represálias à imprensa e confrontos armados — lembrando aqui a chamada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada, ambas deflagradas ao longo de 1893.

Assim, na maioria dos trabalhos verificados, o período de gestão florianista (1891-1894) desponta freqüentemente como uma espécie de marco temporal, adotado até mesmo nas obras que se propuseram a tratar da literatura enfocando mais

---

<sup>13</sup> OTÁVIO, op. cit., p. 214

amplamente a passagem do século XIX para o XX. Nestes casos, a análise acaba inevitavelmente centrada nos anos anteriores e posteriores à década de 1890.<sup>14</sup> Tal recorrência, contudo, não é casual. Visto ainda como um contexto de “consolidação da República”, marcado pelos confrontos armados, o estudo da vida literária no Rio de Janeiro durante os primeiros anos do jovem regime parece não se mostrar muito profícuo. Ao contrário, é o período iniciado a partir da primeira presidência civil, ocupada por Prudente de Moraes (1894-1898), passando pela chamada política dos governadores representada pela administração Campos Sales (1898-1902), que acaba despertando mais interesse, sendo identificado por historiadores e críticos literários como a *Belle Époque* brasileira. A explicação seria que depois de um período de grandes conturbações políticas – dos anos que antecederam a Abolição até o fim do governo florianista, em 1894 – haveria uma recuperação da tranquilidade urbana no Rio de Janeiro, que propiciaria uma certa estabilidade para uma vida urbana elegante, agora *sob a égide das elites regionais*.<sup>15</sup>

Desta forma, segundo a interpretação destes autores, os escritores, jornalistas e intelectuais que marcaram presença no mundo letrado carioca nos anos anteriores à proclamação da República através das rodas boêmias, das conferências e disputas literárias, e principalmente da militância política durante as campanhas abolicionista e republicana, teriam esmorecido e recuado entre 1891-1894, reaparecendo em seguida no cenário social quando os conflitos pareciam encerrados. A fundação em 1897 da Academia Brasileira de Letras adquire, neste sentido, traços simbólicos, como se marcasse uma nova fase das letras no país – segundo a memória criada pelos seus próprios fundadores.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Ver, entre outros, SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995; NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993 e VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

<sup>15</sup> NEEDELL, op. cit., p. 39; SEVCENKO, op. cit., p. 29 e VENTURA, op. cit., p. 138

<sup>16</sup> Sobre a Academia Brasileira de Letras, ver o recente trabalho de RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. da Unicamp; Cecult, 2001.

Neste artigo, a análise do jornal *O Combate*, fundado por Lopes Trovão, Pardal Mallet e Olavo Bilac e publicado durante o primeiro semestre de 1892, foi a estratégia escolhida para a compreensão do conflito entre este grupo de literatos e o governo federal, apresentando o teor e a origem da oposição desses escritores a Floriano Peixoto através da imprensa.

#### NAS TRINCHEIRAS D'O COMBATE

O primeiro número de *O Combate* saiu às ruas em 19 de janeiro de 1892. Ainda que no cabeçalho constasse o nome de Lopes Trovão como redator-chefe, os artigos de fundo, desde a edição de estréia, ficaram a cargo do secretário Pardal Mallet. Com pouco mais de um mês de circulação, o jornal reproduziu uma carta enviada por ele a Mallet na qual comunicava o seu desligamento definitivo da folha. Além de pedir que o seu nome no cabeçalho fosse trocado pelo do colega e assumir que fora um dos seus idealizadores, Trovão reconhecia não ter escrito *nem uma linha em suas colunas*, afirmando ainda que a sobrevivência da folha devia-se ao empenho de Mallet, que o substituiu desde o início no comando de *O Combate*.<sup>17</sup>

De fato, neste mesmo dia o cabeçalho do jornal já estava alterado: redator-chefe, Pardal Mallet; secretário, Olavo Bilac — continuando a gerência com Plácido de Abreu. Além das crônicas da *Vida Fluminense*, é provável que Bilac fosse ainda o autor da seção *Pelos Teatros*, assinada por Notívago — retomando assim o pseudônimo usado por ele à época da publicação do semanário *A Rua*, em 1889.<sup>18</sup>

Vendida a quarenta réis, a nova folha era mais barata que outros periódicos cariocas, como a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, que custavam ao bolso do leitor sessenta réis. Com várias

---

<sup>17</sup> O COMBATE. *O Combate*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1892.

<sup>18</sup> Ainda que contasse com diversas colunas, é difícil apontar outros possíveis colaboradores de *O Combate*, pois somente as referidas séries de BILAC e os artigos de fundo de MALLET traziam uma assinatura ao final dos textos. Sobre o semanário *A Rua*, ver o segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, SILVA, op.cit. p. 49-130.

colunas de texto e contendo de quatro a seis páginas, sendo as duas últimas de anúncios, *O Combate* tentava cumprir todas as convenções de um grande jornal da época, contando com seções regulares de finanças, política, entretenimento, espaço para “a pedidos”, folhetim no rodapé, além dos editoriais e séries cronísticas estampadas diariamente na primeira página do periódico.

Ao que parece, os escritores contaram com bons recursos para garantir a publicação diária de *O Combate*. Ao recepcionar o novo colega de imprensa, um redator do jornal *Novidades* comentaria:

*‘O Combate’ é um jornal finamente moderno, quer na escrita, quer nas idéias. Fundado com sólido capital, feito de elementos puros, sem os prejuízos comuns das empresas jornalísticas que quase sempre escrevem no seu programa não magoar certas classes da sociedade com o fim de angariar simpatias, O Combate, livre e impetuoso, vai ser umas das folhas de mais futuro desta capital, porque ele a todos acolherá e defenderá sem peias e temores.*<sup>19</sup>

Ainda que outros jornais também se mostrassem cordiais à estréia de *O Combate*, cumprindo todas as formalidades de recepção<sup>20</sup>, o *Novidades* se diferenciava ao destacar a autonomia com a qual a nova folha se manteria, justificando que sua fundação era independente de grupos particulares que poderiam investir capitais para sua circulação. Em direção oposta, um redator do *Jornal do Commercio* questionou justamente a independência do novo jornal, interpretando diferentemente o caso do *sólido capital* com o qual fora fundada a folha:

*Órgão de despeito de intuítos anárquicos, ‘O Combate’ está sendo publicado contra a expressa*

<sup>19</sup> NOVIDADES. *O Combate*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1892 apud AGRADECENDO. *O Combate*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1892.

<sup>20</sup> Procurando destacar a repercussão provocada na imprensa pelo seu surgimento, *O Combate* reservou um grande espaço nas primeiras páginas para a reprodução das notas de recepção publicadas na grande maioria dos jornais fluminenses. Cf. AGRADECENDO. *O Combate*, Rio de Janeiro, 20, 21 e 22 jan. 1892.

*disposição do art.1º dos estatutos da Companhia Jornalística. Admira que os conselheiros Mata Machado e Mayrink, proprietários do 'Diário do Commercio', sejam por detrás do reposteiro sustentadores deste jornal suspeito à República, o qual apareceu por singular coincidência com a revolta de Santa Cruz, procurando molestar logo no primeiro número, o caráter impoluto do benemérito marechal Floriano Peixoto. Admira também que os outros acionistas consintam na espoliação por parte de indivíduos que pretendem anarquizar o país com o dinheiro alheio.*<sup>21</sup>

Reproduzida na primeira página da folha, esta nota foi rebatida detidamente por Pardal Mallet no seu artigo de 23 de janeiro, fornecendo assim elementos mais detalhados sobre os bastidores da fundação do jornal. Como primeiro ponto, Mallet procurou contestar justamente que a folha estivesse sob a orientação de algum grupo endinheirado. Para defender-se da acusação, o literato transcreveu o trecho de uma notícia que circulou nos jornais no dia 19 de janeiro, que tratava das resoluções firmadas sobre os destinos da Companhia Jornalística *Correio do Povo*:

*Na assembléia geral extraordinária dos acionistas desta empresa, realizada ontem, foi apresentada uma proposta dos Srs. Drs. José Lopes da Silva Trovão, Pardal Mallet e Plácido de Abreu, para a publicação nas oficinas do 'Correio do Povo' de um jornal fundado e dirigido pelos proprietários sob o título d'O Combate', enquanto durar a interrupção do 'Correio do Povo', de propriedade da companhia que nenhuma responsabilidade moral ou material terá para essa publicação.*<sup>22</sup>

Os idealizadores da nova folha parecem ter sido ágeis o bastante nas articulações: tão logo a sua proposta foi aprovada

---

<sup>21</sup> O COMBATE. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1892 apud MALLET, P.

O Combate. *O Combate*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1892.

<sup>22</sup> MALLET, P. O Combate. *O Combate*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1892.

pelos acionistas, no dia seguinte já saía o primeiro número do jornal — aproveitando-se de um momento oportuno para fundarem um periódico sob sua direção. Em outras palavras, munidos de algum capital, Mallet e seus parceiros aproveitaram-se de que o *Correio do Povo* estava de portas fechadas — possivelmente enfrentando um processo de falência — para proporem a utilização de suas oficinas tipográficas na publicação de *O Combate*.

Pardal Mallet esclareceu ainda que o contrato efetuou-se com a empresa jornalística que detinha a propriedade do *Correio do Povo*, e não com dois de seus acionistas, como os Srs. Mata Machado e Mayrink — numa tentativa de eliminar qualquer suspeita de que a orientação política da nova folha estivesse ligada aos interesses desses homens.

Na verdade, as ligações de Pardal Mallet com o *Correio do Povo*, auto-intitulado “órgão republicano”, eram recentes. Foi precisamente nas páginas deste jornal que o literato publicou uma série de artigos em 1890 defendendo a necessidade de criar-se uma organização que cuidasse dos direitos dos escritores.<sup>23</sup> É possível, portanto, que a sua antiga proximidade com aquela folha nos anos anteriores tivesse exercido alguma influência na utilização de suas estruturas para a fundação e o estabelecimento de *O Combate* poucos anos depois. Contudo, na resposta encaminhada ao redator do *Jornal do Commercio*, Mallet estava mais preocupado em rebater as acusações de que *O Combate* não comungaria dos ideais republicanos do que em retirar seu jornal da sombra do *Correio do Povo*:

‘Suspeitos à República!!’ Pois sim! Mas de que república falam os senhores?! Será da república do

---

<sup>23</sup> Logo no início de 1890, MALLET e BILAC publicaram vários textos no *Correio do Povo*, que contava já com as colaborações de Arthur AZEVEDO que, sob o pseudônimo de GAVROCHE, assinava a coluna diária Flocos. MAGALHÃES JUNIOR, R. *Arthur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 196. Ver O. B. [Olavo Bilac] Crônica Livre. *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1890 e P. M. [Pardal Mallet]. *O Mulato*: romance de Aluísio de Azevedo. *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1890. Sobre a campanha em prol dos direitos dos autores, ver MALLET, P. Sociedade dos homens de letras. *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 15 maio 1890.

*sr. Floriano, do sr. Custódio... Mas naturalmente que devemos sê-lo. [...] Vivemos sempre em campos opostos, por idéias, por índole e por temperamento: porque nós já éramos republicanos e combatíamos a ss. exx.. quando ss. exx. eram monarquistas; porque a república para nós não é simplesmente a supressão de uma coroa; porque não valia a pena suprimi-la para deixar a mesma gente, as mesmas manhas os mesmos vícios e as mesmas torpezas. ...nós não reconhecemos isto que aí anda dizendo que é República. Temos por conseguinte muita honra em sermos suspeitos a esta República, porque isto é mais um atestado de óbito para os republicanos... [...] 'Órgão de despeito!' Isto sim, isto é verdade. Somos uns despeitados porque nos roubaram os nossos ideais, porque nos estragaram os nossos sonhos, porque nos perverteram a República, porque a estão desnaturando...<sup>24</sup>*

De fato, no artigo publicado por Mallet no primeiro número de *O Combate*, o literato deixava claro que a principal motivação do aparecimento do jornal era fazer oposição direta a Floriano Peixoto, que assumira a presidência do país em 23 de novembro de 1891 com a renúncia de Deodoro da Fonseca.<sup>25</sup>

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fechara o Congresso Nacional numa tentativa de minar a oposição do legislativo ao seu governo. À exceção do Pará, todos os governadores de Estado manifestaram-se favoravelmente à sua atitude, enviando telegramas de apoio ao presidente que voltava a dirigir o país de forma ditatorial. Vinte dias depois, ele acabou renunciando, pressionado por um grupo de oficiais capitaneados pelo contra-almirante Custódio José de Mello, que chefiando um levante da Armada, ameaçou bombardear o Itamarati, sede do governo federal.

---

<sup>24</sup> MALLET, P. *O Combate*. *O Combate*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1892.

<sup>25</sup> Cf. MALLET, P. Para começar. *O Combate*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1892. Infelizmente, essa edição do jornal está quase que completamente comprometida com inúmeras rasuras, não sendo possível a transcrição de nenhum trecho por inteiro do artigo de Mallet. É importante lembrar também que na eleição que inauguraria o governo

Como sucessor legal da Presidência, Floriano Peixoto cercou-se de alguns cuidados ao assumir o governo. Depois de nomear Custódio de Mello para o Ministério da Marinha, indicou ainda interventores para os Estados, pressionando assim os governadores que apoiaram Deodoro no golpe de 3 de novembro a deixarem seus cargos. Ligado a Francisco Portela, governador destituído do Rio de Janeiro, Mallet entendia que Floriano *rasgava a Constituição nos seus fundamentos, afetando a forma federal estatuída, ao operar a dissolução dos Estados através da deposição de seus representantes legais*.<sup>26</sup>

Na verdade, logo no início de 1891, Portela havia empregado alguns literatos no funcionalismo público: Coelho Netto assumiu a Secretaria do Governo do Estado do Rio; Olavo Bilac foi nomeado oficial maior da Secretaria do Interior do Estado; Aluísio Azevedo era oficial da Fazenda e Pardal Mallet, arquivista. Além disso, o governador ainda havia apoiado e patrocinado a candidatura de Luís Murat a deputado.<sup>27</sup>

Contudo, tão logo assumiu a chefia do Estado, o comandante Baltazar da Silveira, interventor indicado por Floriano para Rio de Janeiro demitiu os escritores nomeados anteriormente por Portela. Em uma obra posterior, o próprio Coelho Netto lembra que a sucessão de demissões de que ele e seus pares foram vítimas na ocasião envolveu-os em boatos de extorsão, sendo acusados à boca pequena de terem enriquecido ilícitamente graças aos cargos de confiança que ocuparam na administração dos negócios do Estado.<sup>28</sup> Na época, quem saiu em defesa do grupo, rebatendo tais suspeitas, foi exatamente Raul Pompéia – poucos meses antes de romper definitivamente com alguns dos futuros redatores de *O Combate*:

---

constitucional de Deodoro da Fonseca na Presidência do Brasil, em 23 de fevereiro de 1891, Floriano Peixoto não era o seu vice direto na chapa, mas sim o do candidato civil Prudente de Moraes. Como as regras desvinculavam os cargos de titular e vice, Floriano venceu a disputa com 153 votos contra os 57 recebidos pelo almirante Eduardo Wandenkolk, o vice de Deodoro. PENNA, L. de A. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 71.

<sup>26</sup> MALLET, P. Para começar. *O Combate*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1892.

<sup>27</sup> COELHO NETTO. *Fogo fátuo*. Porto: Chardron, 1929. p. 326.

<sup>28</sup> *Ibid.* p. 339-340

*Nenhum ato do Governo Portela foi mais digno de aplausos do que a escolha feita dos ilustres moços para seus auxiliares administrativos. Mas, se o ato da nomeação de alguns rapazes distintos e conhecidos por seus trabalhos de jornalismo e literatura, não se compreende que fosse lançado em rosto como uma culpa ao decaído governador, muito menos se compreende que fossem agredidos como foram por simples injuriosas referências os próprios rapazes nomeados. [...] Caso se quisesse condenar o ato extravagante do Sr. Portela, escolhendo entre poetas e escritores os seus funcionários – pela afirmação de incompetência destes, que fora necessário provar? Naturalmente o pouco zelo desses funcionários, distraídos pela irresistível preocupação dos seus poemas e dos seus artigos, os conseqüentes descuidos de ofício, as faltas à repartição.<sup>29</sup>*

No texto, destaca-se mais o esforço de salvaguardar a reputação de uma categoria, da qual o cronista fazia parte, do que uma defesa inspirada das acusações sofridas por Pardal Mallet, Coelho Netto, Bilac e Aluísio Azevedo. Nesta situação, portanto, a identidade profissional falou mais alto para Pompéia – preocupado em manter o prestígio que a posição de “homem de letras” deveria inspirar publicamente – do que as diferenças políticas que certamente estes já viam entre si.

Na verdade, Mallet e Bilac fizeram de *O Combate* a resposta cotidiana àqueles que de certa maneira questionaram a sua postura à frente das repartições públicas. Acusados de assaltar os cofres estaduais ou, na melhor das hipóteses, de terem sido descuidados e despreocupados com os negócios públicos, a nova folha seria a maneira encontrada por eles de expressar o interesse e a seriedade com que desejavam intervir nas causas políticas.

Um dos motivos, portanto, que pode explicar a fundação de *O Combate* foi a intenção de Mallet e Bilac de reagir através da imprensa contra as injustiças de que se julgavam vítimas.

---

<sup>29</sup> Y. [Raul Pompéia] *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1891. As Lembranças da Semana apud COUTINHO, A. (Org.) *Raul Pompéia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 478-479. Crônicas, 4.

Contudo, o desenrolar dos acontecimentos naquele início de 1892 forneceria mais elementos para que aqueles literatos incrementassem sua oposição ao governo federal e fizessem da nova folha uma trincheira cotidiana de crítica política a Floriano Peixoto.

O sentido desta oposição fica claro no episódio da Revolta da Fortaleza de Santa Cruz. Segundo as notícias, no dia 19 de janeiro, cerca de 150 presos, capitaneados pelo sargento Silvino Honório de Almeida, sublevaram-se na fortaleza na qual estavam detidos como forma de protesto à presidência de Floriano Peixoto. O grupo, armado, intimidou outros praças a aderirem à revolta, sendo acompanhados em seguida por alguns oficiais da Fortaleza de Lage. Retendo os militares que tentaram conter o movimento, os revoltosos endereçaram um ofício a Floriano dando-lhe o prazo de duas horas para renunciar ao governo em favor de Deodoro ou de uma junta governativa, sob a ameaça de bombardear a cidade do Rio de Janeiro. A rebelião, contudo, fracassou e os amotinados de Santa Cruz renderam-se no mesmo dia sob a mira de um cerco naval com um saldo de dezenove feridos, entre os quais o próprio sargento Silvino.<sup>30</sup>

O entusiasmo expresso por Mallet em seu comentário sobre o acontecimento chegou a suscitar a desconfiança em torno de *O Combate*, reavivando a suspeita de que seus redatores teriam sido cúmplices da rebelião — como insinuou o articulista do *Jornal do Commercio*. Segundo o literato, a revolta fora *legítima e verdadeira*, pois expressara *a fraqueza do governo, cujos créditos ficam imediatamente abalados, cujos minutos de existência começam logo a ser contados*:

*A verdade dos fatos que dia a dia se desenrolam no cenário político da pátria está se encarregando de provar a boa orientação que temos seguido desde o primeiro número, fazendo da volta à legalidade o tema constante de nossos artigos, declarando que o marechal Floriano se acha divorciado dessa mesma legalidade e que urge estatuir as bases do futuro*

---

<sup>30</sup> Cf. Sedição em Santa Cruz. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 e 21 jan. 1892; REVOLTA dos presos da Fortaleza de Santa Cruz. *O Combate*, Rio de Janeiro, 20 e 21 jan. 1892.

*pleito presidencial para apressar a inauguração de um período de sossego e de garantias cívicas. O caso lutuoso da revolta dos presos na Fortaleza de Santa Cruz aí está para mostrar a veracidade destas proposições.*<sup>31</sup>

Este fragmento talvez expresse de maneira mais clara os argumentos que sustentavam a postura oposicionista dos redatores de *O Combate*. Ainda que Floriano fosse o Vice-Presidente eleito para o primeiro governo constitucional da República no Brasil, não teria o direito de permanecer na Presidência do país até o término do mandato, isto é, até 1894. Por volta à legalidade, portanto, Mallet entendia convocação imediata de novas eleições para a sucessão presidencial, de acordo com o que ditava o artigo 42 da Constituição — *Se, no caso da vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência da República, não houver ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição* — que, segundo ele, não estava sendo obedecido.<sup>32</sup>

Proposições como estas, defendidas em colunas de destaque de *O Combate* através da pena de Pardal Mallet, causavam barulho. Não foi por acaso, assim, que circularam boatos sobre possíveis assaltos à redação do jornal e agressão aos seus redatores por grupos simpáticos à política florianista — a “jacobinada”, como indicaria Mallet num artigo posterior. Tais suspeitas de um ataque repentino, noticiadas pela folha logo no seu terceiro número<sup>33</sup>, foram tema também de uma crônica de Vida Fluminense, coluna diária de Olavo Bilac:

*Creio que não sou suspeito ao regime da legalidade. Amo o marechal Floriano com todo o ardor da minh'alma; com mais ardor ainda amo o 23, o sr. Custódio Mello, o irmão do sr. Custódio Mello, e toda a restante família da Legalidade. E amo tudo isso, porque já agora ninguém negará que o 23*

---

<sup>31</sup> MALLET, P. A revolta. *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1892.

<sup>32</sup> BARBOSA, R. *Obras completas de Rui Barbosa*: trabalhos jurídicos: estado de sítio, 1892. Prefácio e revisão de Levi Carneiro. Rio de Janeiro: MEC, 1956. p. xi. v. 19. (Prefácio... t. 3).

<sup>33</sup> ASSALTO ao Combate. *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1892. Noticiando.

*veio fazer uma reforma radical aos nossos costumes, nas nossas idéias e em toda a nossa vida. A gente tinha idéias errôneas sobre a paz, sobre a lei, sobre o direito, sobre tudo. [...] Depois da instalação da legalidade, quando a gente quer mandar um homem em paz, usa destes meios: Primeiro, deixa-se que os ânimos sosseguem. [...] Depois, pega-se do homem, dá-se-lhe uma boa carga de bengaladas; e, depois de o haver arrastado durante meia hora pela rua, diz-se-lhe, com carinho e solitude: – ‘Pode ir em paz, bom homem!’ E o homem vai em paz, com a cabeça quebrada, os ossos moídos, as pernas estraçalhadas, abençoando a legalidade que o manda vir pra casa em paz, em vez de o mandar para o cemitério em carrocinha da Santa Casa.<sup>34</sup>*

Na verdade, o cronista fazia pilhéria com as notícias sobre os distúrbios gerados em São Paulo por ocasião das exéquias de D. Pedro II, falecido em 5 de dezembro de 1891. Segundo um telegrama publicado pela *Gazeta de Notícias*, um indivíduo teria sido expulso da igreja em que se realizava a cerimônia por ter dado vivas à República. Depois de ter sido arrastado para a rua sob insultos e bengaladas, a multidão finalmente *deixou-o ir em paz* – conforme indicava a nota.

Ironizando os termos pelos quais a agressão ao sujeito foi noticiada pelos jornais, Bilac fazia do ocorrido o mote para atacar Floriano Peixoto. Ao usar a expressão “legalidade” de maneira provocativa, invertendo seu sentido no texto, o literato criticava o governo que ascendera em 23 de novembro como a fonte principal dos tumultos ocorridos. Conforme sugere o cronista, assim como o termo “legalidade” pervertia-se com a permanência de Floriano no poder, pervertiam-se também outros conceitos que deveriam nortear as relações sociais.

Na semana seguinte, Bilac reproduziu em sua coluna um edital dirigido à população fluminense, no qual o chefe da polícia Manoel Martins Torres conclamava os cidadãos a auxiliarem as autoridades a *manter a ordem, evitar as perturbações materiais*

---

<sup>34</sup> PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1892. *Vida Fluminense*.

e obstar a ação de vários elementos de anarquia que ameaçam o exercício do poder.<sup>35</sup> Criticando a recomendação policial sob a mesma estratégia do chiste, firmando assim a maneira escolhida para atacar o governo florianista, Bilac revelava o quanto julgava arbitrária tal medida, vendo nela nada mais do que um convite à delação desenfreada.<sup>36</sup> As medidas de repressão do governo, portanto, saíam do âmbito das forças oficiais e passavam a ocupar os espaços das ruas, autorizando de certa forma o cidadão comum, partidário de Floriano, a agir conforme suas suspeitas particulares.

No dia anterior, Pardal Mallet já havia rompido em críticas ferozes contra o recente edital da polícia, interpretando-o como uma estratégia governista de atrair informantes ao seu círculo de influências, sob a intenção velada de manter a tranqüilidade da população.<sup>37</sup> Ao conferir tal sentido à medida e expressá-lo nas páginas de *O Combate*, o literato polemizou com outro articulista que, pelas páginas do *Diario de Noticias*, acusava o novo periódico de ser *implacável e violento* no encaminhamento de suas críticas ao governo federal. Respondendo a esta acusação, Mallet expressaria com maior veemência a sua oposição à Presidência de Floriano Peixoto:

*'Implacável e violento' eu sou, 'implacável e violento' eu quero ser contra esse homem que me está estragando a pátria brasileira. Eu não posso suportar o sr. marechal Floriano na chefia do Brasil porque o acho indigno para o cargo. Esteticamente eu não o posso aceitar. [...] O sr. Floriano nada evoca das nossas glórias, não entusiasma nem pelas tradições anônimas de campanha, nem pelo seu físico de sujeito de pés tortos, de falta de dentes, de falta de*

---

<sup>35</sup> Segundo o edital assinado pelo chefe de polícia: *Sendo uma das principais causas do contínuo sobressalto em que vive a opinião a circulação de boatos alarmantes, criados pela imaginação perversa dos despeitados e transmitidos por indivíduos ociosos ou levemente crédulos, espero do patriotismo dos habitantes desta capital que oponham a sua ação benéfica contra esses boatos, já desmentindo-os e desfazendo a má impressão que possam causar, já conduzindo a esta chefia as pessoas que os transmitirem para dar informações e ulterior procedimento legal.* PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 27 jan. de 1892. *Vida Fluminense*.

<sup>36</sup> Id.

<sup>37</sup> Cf. MALLET, P. Exploração. *O Combate*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1892.

*escova, desengonçado e imprestável para modelo, para retrato e até para mesmo para caricatura. Intellectualmente eu não o posso aceitar. O sr. marechal Floriano é como o sr. Pedro II – é profundo pelo silêncio. Moralmente eu muito menos o posso aceitar. A história política do sr. Floriano ou é a história de uma fraqueza, de uma perversão de vontade, ou é a história de uma traição, de uma perversão do senso moral. Eu não o posso aceitar em hipótese nenhuma, eu contra si tenho a obrigação de mover uma oposição ‘implacável e violenta’. Para encurta-lhe o prazo do poder, para dirimí-lo da suprema magistratura do país, eu tenho primeiro ao meu dispor a campanha pela efetividade da Constituição. Apesar das interpretações de última hora, a doutrina constitucional exige uma próxima eleição presidencial. [...] É esta a campanha que eu pejejo agora, o combate que agora estou travando.<sup>38</sup>*

Cartão de visitas de *O Combate*, os artigos de fundo assinados por Pardal Mallet atraíram para si e para os demais redatores da folha a fama de conspiradores. Acirrando a oposição ao mesmo tempo em que a polícia da capital tomava medidas cada vez mais enérgicas para reprimir tais posturas, o jornal passou a ser alvo de investidas policiais. Poucos dias após a divulgação do edital de Martins Torres, Bilac denunciou em sua coluna diária a vigília de que fora alvo na noite anterior:

*É que ontem fui jantar com um amigo. E quando à porta da casa saltei, com o estômago e a alma gemendo de ansiedade e de fome, e antegozando o jantar que ia festivamente comer, – vi que do mesmo bonde desceu comigo um senhor espião, amável e atencioso que a polícia do sr. dr. Martins Torres transformou em meu criado particular, solícito, pronto sempre a acompanhar-me ao banho, ao almoço, ao jantar, ao ‘vermouth’, à ceia, ao amor, e ao sermão, todo dia e toda a noite. Vi que o homem descia*

---

<sup>38</sup> MALLET, P. Implacável e violento. *O Combate*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1892.

*do bonde e ficava parado à porta. Arreliou-me aquilo. Pois eu iria mesmo deixar aquele amável cavalheiro parado à porta de uma casa onde eu ia jantar confortavelmente? [...] Se a polícia tivesse tido a preocupação de me apresentar, por um cartão cortês, o homem que estava encarregado de me seguir, eu teria recebido o amável espião com todas as delicadezas de que é capaz a minha alma de conspirador bem educado, e teria tomado a liberdade de apresentá-lo à pessoa que me convidara a jantar. [...] Imaginem os senhores: entrava eu dando o braço ao secreta, e apresentava-o: Senhoras e senhores: aqui lhes apresento um senhor que o sr. Martins Torres encarregou de me seguir... Seria um escândalo. E foi por isso que tive um jantar agoniado, lembrando-me de três em três minutos que o nariz do pobre homem lá estava à porta aspirando a vida e ugolescamente os aromas das belas coisas que eu comia... Compreendem como isso me torturou? ...é que eu não nasci com a crueldade no coração. Peço ao sr. chefe de polícia que de hoje em diante não se esqueça de me declarar o nome dos agentes a quem encarregar da missão de me acompanhar. Somente assim, poderei recompensá-los da solicitude com que perdem o seu tempo e, o seu apetite, curtindo fome enquanto eu como iguarias finas.<sup>39</sup>*

Recorrendo novamente à sátira como estratégia, através de seu carnavalesco personagem, Bilac transformava em um episódio risível o caso da vigilância que dizia estar sofrendo. Através da narrativa de Pierrot, o literato invertia as posições e reduzia o agente que o seguira a vítima real da situação. Com as falsas gentilezas de seu personagem-narrador, ele ridiculariza a estratégia policial facilmente percebida, provocando ainda o chefe de polícia ao expor publicamente o fracasso em que culminara a sua intenção de espionar indivíduos considerados suspeitos ao governo federal.

---

<sup>39</sup> PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1892. *Vida Fluminense*.

Ainda que não demonstrassem o mesmo estilo panfletário dos textos redigidos por Mallet, as crônicas de Olavo Bilac expressavam a mesma intensidade crítica, reforçando assim a campanha direcionada pelo *O Combate* contra o governo florianista. Contudo, ainda que concentrasse seus ataques às medidas impostas por Floriano, como no caso da deposição dos governadores<sup>40</sup>, e, à represália policial direcionada aos redatores do jornal, decorrente desta postura, Bilac ampliava seu alvo e fazia dos problemas cotidianos do Rio de Janeiro uma das preocupações de seus textos.

Logo na primeira crônica da Vida Fluminense, Pierrot frisou o quanto era lastimável a situação da cidade sitiada por *um batalhão de febres*.<sup>41</sup> Num texto posterior, o cronista apontou ter contado vinte e três enterros ao longo de um breve passeio de bonde:

*Como é agradável! A cada passo, lembra-se um pobre homem de que as epidemias assolam a cidade, e de que talvez no dia seguinte o seu próprio corpo vá, como aqueles, aos encontrões, dentro de um caixão incômodo... E mais ainda, lembra-se a gente de enquanto todos morrem, vive um governo por aí, vive por aí uma inspetoria de higiene, se é que vive quem não dá sinal de si.*<sup>42</sup>

De fato, naquela mesma edição, *O Combate* noticiava, entre outras mortes, 41 por febre-amarela, 8 por tifo e 5 por varíola.<sup>43</sup> Cobrando da Inspetoria Geral da Higiene – ex-Junta Central da Higiene do período imperial – medidas de controle para as febres que vitimavam inúmeros indivíduos diariamente, o cronista

<sup>40</sup> Ver, as crônicas da série Vida Fluminense publicadas em 1 e 6 de fevereiro de 1892, quando PIERROT [Olavo Bilac] comenta sobre os boatos da prisão do Dr. Taumathurgo, governador do Amazonas, que desde 22 de janeiro *resistia bravamente* a entregar a chefia do Estado ao interventor nomeado por Floriano. Cf. também DEPOSIÇÃO no Amazonas. *O Combate*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1892.

<sup>41</sup> PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1892. Vida Fluminense.

<sup>42</sup> PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1892. Vida Fluminense.

<sup>43</sup> *O Combate*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1892. Noticiando. Ver também esta mesma seção do jornal, em 6 de fevereiro de 1892, onde era noticiado 38 mortes por febre amarela, 10 por outras febres, 4 por varíola e 1 por tifo.

acabava associando a ineficácia de sua ação à própria ineficácia do governo federal, que era o seu principal alvo.<sup>44</sup>

A influência que as forças ligadas ao poder central teriam sobre a política municipal foi apontada também pelo literato quando criticou, em uma nota, a resolução da Intendência Municipal de retirar do necrotério público a imagem de Nossa Senhora da Piedade e, de seu próprio prédio, a de São Sebastião. Afirmando tratar-se aquela de uma medida ortodoxa, que levava ao limite à separação entre a Igreja do Estado, o cronista apontava em seguida que o próximo passo seria a proibição de outras manifestações religiosas como as procissões públicas<sup>45</sup> — insinuando assim que o Estado interferia cada vez mais num campo reservado à liberdade individual do cidadão.

Acirrando ainda mais a tônica incendiária de *O Combate*, seus redatores iniciaram a publicação de uma série de notas anunciando a chegada de José do Patrocínio, que voltava da Europa depois de uma estadia de quase dois anos fora do Brasil.<sup>46</sup> Ao anunciar em destaque a volta do jornalista, Pardal Mallet e Olavo Bilac certamente viam no antigo líder das lutas abolicionistas mais uma força aliada na oposição a Floriano Peixoto.

De fato, tão logo colocou os pés no Rio de Janeiro e reassumiu a direção do jornal *Cidade do Rio*, até então a cargo de Emílio Rouéde, Patrocínio publicou um artigo em *O Combate*, no qual acusava Floriano de ordenar uma violenta represália a uma manifestação no Ceará. Segundo ele, mesmo estando a multidão desarmada, as forças policiais investiram furiosamente contra ela (*como numa emboscada*) deixando várias pessoas feridas gravemente. Com um estilo retórico que lhe era característico, o jornalista finalizava o texto com imagens fortes, bradando que somente o sangue era capaz de “nutrir o tirano”: *Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba!*<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> Sobre as relações cambiantes entre a Inspetoria Geral de Higiene e o Ministério do Interior, ao qual teoricamente estava subordinada, ver CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 46-50.

<sup>45</sup> Cf. PIERROT. [Olavo Bilac] *O Combate*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1892. *Vida Fluminense*.

<sup>46</sup> Ver a crônica da série *Vida Fluminense*, *O Combate*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1892 e a nota José de Patrocínio, *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1892.

<sup>47</sup> Cf. PATROCÍNIO, J. do. Mais sangue. *O Combate*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1892.

Ao mesmo tempo, a repressão à imprensa acirrava-se. Alguns dias antes da volta de José do Patrocínio, as oficinas do jornal *A Capital* foram invadidas e as edições do dia que ainda restavam, inutilizadas. Levado ao delegado que chefiara a operação, o diretor do periódico, Gonzaga Filho, recebeu a informação de que *havia sido ordenada a apreensão dos exemplares do jornal por constar à polícia que ele publicava artigos sediciosos*.<sup>48</sup> Neste mesmo dia, *O Combate* também recebia a visita de outro chefe da polícia que, adentrando a redação da folha acompanhado por alguns soldados oferecia auxílio aos escritores sob a justificativa de *constar que o jornal ia ser assaltado*. Ao comentar que *a entrada inesperada do dr. delegado em nosso escritório não nos surpreendeu*, Mallet e seus pares acabam insinuando na nota publicada que aquele *ato delicado* nada mais era do que uma iniciativa velada da polícia para impor sua presença e vigilância ao periódico.<sup>49</sup>

A experiência do assalto ao jornal *A Capital* e da ronda policial no *O Combate*, juntamente com os constantes boatos de ataque às oficinas, levaram os redatores deste último a tomar uma atitude de confronto mais direto: passaram a pernoitar no escritório da folha, instalado no mesmo prédio onde ficava a tipografia. Certos de que o jornal corria riscos, decidiram que era *sua obrigação moral* formar uma barricada de defesa, permanecendo no edifício em tempo integral *à espera do inimigo*.<sup>50</sup>

Segundo registrou Pardal Mallet, em uma dessas noites de plantão, foi recebida a informação de que uma grande movimentação de tropas militares percorria a cidade. Às cinco da madrugada, uma delas postou-se às portas do prédio de *O Combate* causando imenso alarde entre os que lá estavam. De acordo com o literato, *a muitos ocorreu-nos então a idéia de que contra nós fora expedido mandato de prisão*:

*Descendo para verificar essas suspeitas e para dar saída aos vendedores e correios, tive eu*

---

<sup>48</sup> A CAPITAL. *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1892.

<sup>49</sup> OS REDATORES. *O Combate*. *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1892.

<sup>50</sup> MALLET, P. O caso de ontem. *O Combate*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1892.

*pessoalmente, pelas sentinelas e pelo tenente comandante de um pelotão que estacionara aqui perto na rua de Uruguaiana e ensarilhara armas a notícia de que todos aqueles aparatos bélicos eram feitos para garantia do 'Combate' ameaçado. E da boa vontade e cordura desse oficial obtive o favor de mandar retirar as sentinelas aqui da porta, que nada adiantavam para a execução das ordens recebidas de dispensar ajuntamentos, e só serviam para nos emprestar umas honras de prisioneiros.<sup>51</sup>*

Ainda que certamente a percepção de Pardal Mallet fosse outra na ocasião e entendesse a iniciativa da polícia como uma intimidação, sua atitude foi cuidadosa. Recebendo a informação que a presença das sentinelas à porta de *O Combate* objetivava proteger o jornal contra supostos ataques, a alternativa mais plausível para o literato foi tentar livrar-se da vigilância agindo de acordo com a própria lógica policial.

Contudo, passados os momentos de tensão e já na posição de diretor do jornal, Mallet denunciou no artigo aquilo que não pôde expressar em sua conversa com o oficial naquela madrugada. Segundo ele, encoberta sob a informação de estar prestando auxílio ao *O Combate*, aquela última ação policial velava uma estratégia de impor intensa vigilância aos seus redatores *a forma espetaculosa pela qual pretendem especializar-nos como um favor.*<sup>52</sup>

Enquanto Mallet traduzia a ação policial como uma intimidação despropositada a seu jornal, Raul Pompéia fornecia outra explicação para o intenso movimento das tropas na madrugada de quatro de março. Segundo ele, foram as suspeitas de uma conspiração que visava depor Floriano Peixoto em favor de Deodoro da Fonseca que mobilizaram tão intensamente as forças policiais e do exército em vários pontos da cidade:

*Floriano Peixoto no caso difícil de uma derrota, deixaria o poder, vencido como pode ser vencida a justiça, desanimado como pode desanimar o*

---

<sup>51</sup> Id.

<sup>52</sup> Id.

*patriotismo, vítima da culpa insana de ser honesto (epíteto de que há quem ouse fazer escárnio), vítima do seu propósito de intransigência moral, como acontece que são vítimas os honestos e os intransigentes, quando a hora pertence a corrupção. Deodoro seria exaltado em nome de um crime. [...] Floriano Peixoto é o organizador da República Brasileira. Isto importa ao povo.*<sup>53</sup>

Através de sua coluna semanal no *Jornal do Commercio*, Pompéia colocava-se ao lado das forças governistas, sendo justamente textos como esse, que exultavam a figura de Floriano Peixoto, que atraíram a crítica dos redatores de *O Combate*. Dois dias depois da publicação dessa crônica, saía exatamente aquela outra da coluna Vida Fluminense, que esteve no cerne do malfadado duelo entre ele e Olavo Bilac.

Desde a Revolta da Fortaleza de Santa Cruz, em janeiro, Pompéia acirrava seu ataque aos opositores de Floriano Peixoto, a quem exaltava pela energia patriótica com que resistia honradamente na Presidência, defendendo a República de traidores que cometiam todos os crimes de subversão — numa referência aos presos e oficiais que participaram daquela rebelião.<sup>54</sup> No seu comentário sobre o acontecimento, o literato mostrava-se um entusiasta do militarismo, afirmando que o momento exigia que as forças armadas estivessem unidas para que não se deixassem insuflar por interesses partidários, aos quais acusava de estarem por trás da intenção dos revoltosos da Fortaleza:

*O exército e a armada existem para a pátria e não para os partidos. Para trás a cabala mesquinha das facções! Nossa missão é diversa. Não queiram*

---

<sup>53</sup> Y. [Raul Pompéia] *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1892. As Lembranças da Semana apud COUTINHO, A. (Org.) *Raul Pompéia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 525-527. Crônicas, 4.

<sup>54</sup> Y. [Raul Pompéia] *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1892. As Lembranças da semana apud COUTINHO, A. (Org.) *Raul Pompéia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 487-493. Crônicas, 4.

*confundir a espada de que nos armamos em nome da honra nacional, com a navalha reles da antiga capangagem de eleições.*<sup>55</sup>

Contra a espada com a qual se armava Raul Pompéia, os literatos de *O Combate* empunhavam a pena na defesa de um modelo de República onde não havia espaço para *fanatismos* que desnaturavam o ideal de liberdade. Segundo Pardal Mallet, *a jacobinada* armava-se sob os olhos de Floriano, que *deixava a pátria entregue aos fanáticos... aqueles que vivem dia por dia pedindo forcas em todas as esquinas e fuzilamentos em todos os quartéis.*<sup>56</sup>

A polêmica entre antigos colegas de campanha republicana mostrava-se cada vez mais flagrante e intensa na imprensa. Ainda naquela semana de março, em que estava sendo negociado o embate armado entre Bilac e Pompéia, Mallet voltava à carga e acirrava a campanha pela convocação de novas eleições presidenciais, apelando agora para a interpretação de Rui Barbosa sobre a questão. Interpelando o jurista com uma carta, o literato pedia a sua avaliação sobre o ponto que gerava a controvérsia. Ainda que Rui fizesse altas considerações e traçasse um histórico da Constituição, sua longa resposta continha trechos altamente favoráveis à propaganda direcionada pelo *O Combate*:

*Em meu humilde entender, não há dúvida nenhuma quanto à necessidade constitucional de proceder-se a nova eleição de Presidente da República, uma vez que a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial. [...] Sim, com essa eleição teremos de vencer uma crise. Mas essa crise tem na eleição mesma a sua solução natural. Crise incomparavelmente mais temerosa, crise indeslindável seria a prorrogação da presidência atual, sustentada, contra a lei, por uma interpretação de condescendência; pois essa crise viciaria a autoridade do poder nas suas fontes, legal e moralmente, imprimindo-lhe um cunho de ditadura interessada.*<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Ibid. p. 493.

<sup>56</sup> MALLET, P. A. jacobinada. *O Combate*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1892.

<sup>57</sup> BARBOSA, R. Eleição presidencial. *O Combate*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1892.

No trecho final do fragmento, Rui Barbosa aponta que a Presidência de Floriano apenas se sustentava graças a uma transigência de seus aliados no Congresso. Rui referia-se especificamente ao Parágrafo 2º do Artigo 1º da Constituição, segundo o qual, *o Presidente e o Vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial.*<sup>58</sup> Na verdade, de acordo com ele, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano de permanecer na chefia do país. Ao contrário, significava apenas que ele, como o Vice eleito pelo Congresso, exerceria não a Presidência mas a Vice-Presidência até o final do mandato previsto, no caso, até 1894, independentemente de uma nova eleição. Em outras palavras, elegendo-se um novo Presidente da República, Floriano somente continuaria como o seu Vice legal.

Com o aval do prestigiado jurista, Pardal Mallet usava o parecer como um panfleto político, procurando legitimar aos olhos públicos a campanha para a convocação de novas eleições, pela qual *O Combate* se batia desde seu primeiro número. O literato ainda fazia igual uso do chamado Manifesto dos Generais, publicado em todas as folhas da capital em 6 de abril de 1892,

Aproveitando-se politicamente de cada manifestação de oposição ao governo, Pardal Mallet imprimia nova força ao *O Combate*. Primeiro foi uma rebelião sem resultados na Fortaleza de Santa Cruz; depois, o parecer de um civil cuja autoridade em assuntos jurídicos era incontestável; e, naquele momento, era um grupo de militares de alta patente que assinavam publicamente um manifesto endereçado a Floriano Peixoto. Condenando a deposição dos governadores e exortando o vice-presidente a obedecer a Constituição, convocando novas eleições, os treze generais (entre eles, o general-de-brigada João Nepomuceno de Medeiros Mallet — pai de Pardal Mallet) colocavam-se numa postura de confronto com seu colega de farda.<sup>59</sup>

Não foi de outra forma que Floriano Peixoto tomou tal texto. Considerando-o como uma afronta a sua autoridade, como um *procedimento anormal*, o marechal respondeu ao manifesto com um outro dirigido à *Nação*, cujo teor já sugeria que seriam

---

<sup>58</sup> BARBOSA, op. cit., p. xi

<sup>59</sup> MANIFESTO dos Generais. *O Combate*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1892.

tomadas medidas enérgicas para conter o *inconveniente espírito de indisciplina de velhos camaradas*, os quais, segundo ele, pretendiam *plantar a anarquia no momento crítico da reorganização da Pátria e da consolidação das instituições republicanas*.<sup>60</sup> Publicado por toda imprensa, o texto de Floriano trazia em anexo as medidas expedidas por ele: onze generais reformados e dois rebaixados para segunda classe.<sup>61</sup>

Neste dia, o artigo de fundo de *O Combate* não vinha assinado por Pardal Mallet que, precavido, certamente temia expor-se no jornal devido à participação de seu pai no episódio. A função ficou legada a Jacques Ourique, militar de menor patente, mas com o respaldo de uma cadeira na Câmara dos Deputados que lhe garantia imunidades. Reproduzindo o Artigo 77 da Constituição, segundo o qual, *os militares de terra e mar terão foro especial nos delitos militares*, Ourique acusou Floriano Peixoto de ter expedido medidas que não eram de sua competência e, portanto, arbitrárias. Defendendo o Manifesto dos Generais como um ato político, o deputado apontava a inconveniência das punições, já que o texto fora enquadrado como um delito militar. E, segundo ele, mesmo se o fosse, exigia foro particular, não competindo assim ao presidente qualquer medida coercitiva.<sup>62</sup>

Voltando ao posto no dia seguinte, Pardal Mallet desenvolveu outra linha de argumentação no ataque ao marechal Presidente. Visando sensibilizar os brios militares com a atitude de Floriano, o literato publicou um texto onde, para além da arbitrariedade que via nas reformas, atacava tal medida como uma tentativa de Floriano de desmantelar a “classe militar”, submetendo-a publicamente a tal punição:

*São passageiras e efêmeras as vitórias da tirania. Atentatórias contra a lei, são cusparadas para o Céu que voltam sempre ao rosto dos blasfemos. E contra o sr. Floriano Peixoto, pois, e contra toda essa florianada que o cerca e que, em imitá-lo, se deprime, devem infalivelmente voltar as tentativas de*

---

<sup>60</sup> PEIXOTO, F. À nação. *O Combate*, Rio de Janeiro, 8 abr. de 1892.

<sup>61</sup> Id.

<sup>62</sup> OURIQUE, J. Finalmente. *O Combate*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1892.

*desmoralização e de castigo, agora, com triunfal arrogância vibradas. Elas surgiram ontem, assombrando esta população pela audácia tresloucada do cometimento que, fazendo do manifesto dos generais, para seus signatários inventou punição extra legal que pune a classe toda inteira, que contra as prerrogativas e regalias de todos os militares atenta e que é em síntese o primeiro passo para a dissolução do exército e da armada nacionais.*<sup>63</sup>

Colocando-se ao lado dos oficiais reformados, o grupo de *O Combate* foi acusado posteriormente de ter participado diretamente das articulações dos protestos de rua que fizeram as manchetes dos jornais poucos dias depois do Manifesto dos Generais. No final da tarde de 10 de abril, um grupo de jornalistas, escritores, militares do alto e baixo escalão, congressistas e populares protagonizaram uma manifestação em frente à casa de Deodoro da Fonseca – que convalescia há várias semanas. Sob o pretexto de prestar uma homenagem ao ex-presidente, o grupo fez das imediações de sua casa na Lapa o palco de um inspirado protesto contra Floriano Peixoto. Lá discursaram o deputado J. Joaquim Seabra, o capitão Mena Barreto e Pardal Mallet. Segundo a versão governista publicada no *Diário Oficial* no dia seguinte, os oradores estimularam a multidão que os assistia a seguir em marcha até o Itamarati aos gritos de *morra Floriano, com o fim de depor o presidente da República*.<sup>64</sup> Por outro lado, de acordo com os acusados,

*Não se sabe como, não se sabe pedida por quem, apresentou-se a banda de música do 24º [batalhão] que se pôs logo em movimento para Botafogo, arrastando atrás de si o povo, surdo as observações, aos conselhos e às exortações dos oradores que aconselhavam o adiamento da manifestação.*<sup>65</sup>

Liderados ou não por algumas pessoas, o fato foi que houve uma debandada geral quando os manifestantes chegaram

<sup>63</sup> MALLETT, P. O traidor Floriano. *O Combate*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1892.

<sup>64</sup> *DIÁRIO Oficial*, 11 abr. 1892. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1892.

<sup>65</sup> MURAT, L. A cilada. *O Combate*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1892.

à sede do governo federal. Tropas militares armadas até os dentes estavam a sua espera sob o comando do próprio marechal Floriano Peixoto.<sup>66</sup> Na confusão foram imediatamente detidos Mena Barreto (preso por Floriano), o professor Campos Paz e Severiano Rodrigues da Fonseca, irmão de Deodoro. Na mesma noite a polícia prendeu Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Jacques Ourique, e foi ainda atrás de José do Patrocínio no escritório do jornal *Cidade do Rio*.<sup>67</sup>

Às quatro da madrugada do dia 11 de abril, Floriano decretava estado de sítio por 72 horas e suspendia as garantias constitucionais pelo mesmo período. Na mesma medida ainda oficializava várias prisões e desterrava para o Estado do Amazonas 45 civis e militares reconhecidos como *autores, promotores, cúmplices ou coniventes no crime de conspiração*.<sup>68</sup> Além dos nomes já citados, o Decreto punia também seis dos generais que assinaram o manifesto de 10 de abril, os ex-governadores Francisco Portela, do Rio de Janeiro, e Clarindo Queirós, do Ceará, outros jornalistas e militares de patentes menores e o conde de Leopoldina.<sup>69</sup> Logo no dia 14 de abril partia a bordo do Pernambuco rumo ao desterro na Amazônia, Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido de Abreu, Jacques Ourique, almirante Wandenkolk, coronel Mena Barreto, entre outros. Antes de embarcar, eles ainda puderam se despedir daqueles que ficavam presos nas fortalezas, como Olavo Bilac, Dermeval da Fonseca e Francisco Portela.<sup>70</sup>

Sem seus principais redatores, *O Combate* foi socorrido por Luís Murat, que assumiu a redação do jornal.<sup>71</sup> Conservando

---

<sup>66</sup> Cf. MALLET, P. *O Combate*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1892; MURAT, L. Ontem e hoje. *O Combate*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1892; MURAT, L. A cilada. *O Combate*, Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 abr. 1892 e *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 e 12 abr. 1892.

<sup>67</sup> JORNALISTAS presos. *O Combate*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1892.

<sup>68</sup> *DIÁRIO Oficial*, 11 abr. 1892. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1892.

<sup>69</sup> Para a listagem completa dos presos e dos desterrados políticos, ver BARBOSA, R. O estado de sítio: sua natureza, seus efeitos, seus limites. In: BARBOSA, op. cit., p. 11-13

<sup>70</sup> O PERNAMBUCO. *O Combate*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1892.

<sup>71</sup> Em 12 de abril *O Combate* já publicava a seguinte nota: *Como tivessem sido presos os redatores desta folha, assumiu a redação dela o Sr. Luís Murat*. *O Combate*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1892. Expediente.

ainda os nomes de Pardal Mallet, Olavo Bilac e Plácido de Abreu no cabeçalho, Murat, que era deputado, substituiria Mallet nos artigos de fundo e daria continuidade à postura de oposição da folha. Dali em diante os textos de *O Combate* concentram-se na defesa dos presos e desterrados políticos e no ataque a esse último ato do governo florianista:

*'O Combate' continua a ser o que foi sempre. Se o governo entender que a liberdade de pensamento é uma tolice; que o prêmio de todos os sacrifícios é o exílio; é o esfacelamento geral da família e a desintegração completa da pátria, que havemos de fazer, nós, que lutamos, nós, que protestamos, nós, que esperamos? Lutar, protestar e esperar!*<sup>72</sup>

Sem Mallet nos editoriais e sem Bilac na *Vida Fluminense*, *O Combate* sobrevivia graças à pena anônima de colaboradores que iniciaram novas colunas, como *Diário Alegre*, assinada por Chicard e *Rua do Ouvidor*, de René. Além disso, suas páginas passaram a ser preenchidas também por artigos políticos diversos que, embora não trouxessem quaisquer referências de seus autores, concentravam-se em discutir os últimos atos do governo defendendo as quarenta e cinco pessoas condenadas pelo decreto de Floriano e, posteriormente, a petição de *habeas-corpus* para o grupo, levada por Rui Barbosa ao Supremo Tribunal Federal logo em 18 de abril. O recurso ao uso de pseudônimos e a ausência de qualquer referência em alguns artigos assumia naquele instante um sentido muito claro: o de garantir a segurança dos novos redatores da folha.

Naquele momento, portanto, o ataque direcionado pelo jornal ao governo florianista passou a ser construído sobre duas bases. Por um lado, a polêmica travava-se no campo jurídico, onde alguns redatores procuravam *esclarecer para a opinião pública* a arbitrariedade das punições decretadas por Floriano, que “rasgava” o Código Penal com tais atos. O argumento era que o crime que estabelecia pena de banimento não era nem o de conspiração nem o de sedição — como foi registrado oficialmente

---

<sup>72</sup> MURAT, L. Ontem e hoje. *O Combate*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1892.

—, mas sim aquele que atentasse *contra o pacto fundamental da República e a forma de governo nele estabelecida*:

*Ninguém há por mais beócio que seja que acredite que a arruaça, conseqüente da manifestação ao general Deodoro, possa ser capitulada como crime contra a Constituição Política da República. [...] O que houve foi um desvairamento, uma criancice, uma expansão de má vontade ao chefe do governo.*<sup>73</sup>

Por outro lado, Luís Murat acusava claramente Floriano Peixoto de ter manipulado os protestos, infiltrando agentes entre os manifestantes. Aqueles, devidamente instruídos pelos chefes policiais, é que teriam insuflado a multidão a marchar para o Itamarati, onde o próprio marechal estava à espera no comando de várias tropas:

*Sabemos agora que, às 7 horas da tarde de domingo, os promotores da manifestação convidaram o povo a retirar-se, ficando ela adiada para quando melhorasse de saúde o marechal Deodoro. Houve uma parte do povo que protestou energicamente, aos gritos, exigindo que se seguisse imediatamente para casa do velho fundador da República. Eram agentes da polícia secreta, mandados ali (por quem?) para excitar os ânimos e impedir que falhasse desastradamente o maravilhoso plano que o sr. Floriano concertara com seus auxiliares e asseclas. [...] Depois, sabe-se o que houve: houve a descida do sr. Floriano a Piedade, fardado, fingindo de herói, disfarçado em salvador da República, mandando iluminar Itamaraty, mandando tocar o hino... E, logo em um dos salões de Itamarati começou a ser organizada a lista de prisões. A oposição tinha caído no laço.*<sup>74</sup>

Murat acusava Floriano Peixoto de ter construído um plano ardiloso para punir energicamente aqueles que o

---

<sup>73</sup> A DEPORTAÇÃO. *O Combate*, Rio do Janeiro, 14 jan. 1892.

<sup>74</sup> MURAT, L. A cilada... 21 abr. 1892.

incomodavam, armando para tanto uma cilada na qual a oposição seria usada em seu próprio benefício. Contudo, ainda que procurasse desmascarar aquilo que entendia ter sido uma emboscada do governo, o literato não fugia de um mesmo aspecto frisado pelas declarações presidenciais. Em ambos os casos, tanto na versão oficial como na versão de *O Combate*, é conferido o mesmo caráter de manipulação à manifestação que marchou rumo ao Itamarati. Na primeira, foram oradores como Pardal Mallet e Mena Barreto que conduziram a multidão; na outra, os agentes da polícia instruídos pelo governo; nesta polêmica em torno das lideranças um grande número de sujeitos é colocado à margem dos acontecimentos. A própria listagem de presos e desterrados políticos demonstra a intensa participação popular no protesto contra Floriano, enumerando vários pequenos oficiais, alferes e capitães, comerciantes, caixeiros e outros nomes sem indicação de ocupação, que também foram punidos ao lado de jornalistas e militares de maior renome.

Naquele mesmo texto, Murat também acusava os delegados de terem forjado inquéritos e pago por falsos testemunhos, afirmando que várias das prisões teriam ocorrido antes que fossem decretadas as medidas de repressão. Esse último aspecto foi, aliás, um dos pontos privilegiados na petição de *habeas-corpus* em favor dos presos e desterrados políticos encaminhada ao Supremo Tribunal Federal por Rui Barbosa, que justificava seu pedido afirmando que mesmo *em situação de estado de sítio*, os acusados teriam *direito a uma defesa judicial*.<sup>75</sup> Remetida ao Tribunal em 18 de abril, a petição, contudo, foi negada por onze votos a um na sessão de ministros ocorrida em 23 de abril.<sup>76</sup>

Idealizado por Pardal Mallet e Olavo Bilac para encaminhar uma acirrada oposição ao governo Floriano Peixoto, *O Combate* era instrumentalizado naquele momento, sob a pena de Luís Murat, para defendê-los publicamente dos atos desse mesmo governo. Além dos artigos políticos, o jornal noticiava os telegramas vindos do desterro<sup>77</sup>, as missas pelos desterrados<sup>78</sup> e, também, em uma edição, a repercussão que, segundo um

---

<sup>75</sup> BARBOSA, op. cit., p. 70-71

<sup>76</sup> *HABEAS-CORPUS*. *O Combate*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1892.

<sup>77</sup> OS DESTERRADOS. *O Combate*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1892.

<sup>78</sup> MISSA pelos desterrados. *O Combate*, Rio de Janeiro, 5 maio 1892.

articulista, a prisão de José do Patrocínio tivera na França, onde o jornalista estivera há bem pouco tempo.<sup>79</sup>

Contudo, não era só na imprensa que Murat encabeçava a luta em favor dos colegas presos ou desterrados. A sua posição à frente de *O Combate* foi criticada pelo deputado José Beviláqua<sup>80</sup> que o acusou de se ausentar freqüentemente das sessões, faltando às suas responsabilidades parlamentares, justamente porque tinha assumido a direção de um jornal suspeito à República.

Em um discurso de resposta, publicado em *O Combate*, Luís Murat justificava o socorro ao jornal por um gesto de grande amizade a Pardal Mallet e Olavo Bilac. Segundo ele, além de sua posição política de oposição, motivara-o o dever de dar continuidade ao projeto dos amigos de longa data, usando a folha que fundaram para sua própria defesa.<sup>81</sup> Contudo, com essa iniciativa, Murat ganhava mais espaço na imprensa, podendo assim divulgar seus próprios projetos que, se até então estavam circunscritos a sua atuação como deputado, poderiam agora ter um alcance maior.

Não seria por acaso, assim, que as polêmicas travadas no Congresso em torno da anistia para os presos e desterrados políticos passaram a receber maior destaque em *O Combate*. Falando em nome da oposição, Murat acusava o governo de influenciar os deputados para conseguir a maioria no Congresso quando o projeto de anistia fosse levado à votação. Segundo ele, a protelação das discussões transfigurava-se numa sentença de morte aos desterrados, pois os submetia a continuar vivendo em regiões sujeitas a todo tipo de intempéries<sup>82</sup>. Recorrendo ao pavor que as regiões amazônicas suscitava naquele momento, Murat se pronunciaria longamente na Câmara, lendo alguns trechos de cartas recebidas por ele dos desterrados, nas quais é apresentada uma situação de imensas dificuldades:

---

<sup>79</sup> JOSÉ do Patrocínio e a imprensa de Paris. *O Combate*, Rio de Janeiro, 11 maio 1892.

<sup>80</sup> Antigo discípulo de Benjamin Constant, Beviláqua era ligado naquele momento as hostes governistas. Sobre sua atuação na Escola Militar, onde foi aluno de Constant, ver LEMOS, R. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>81</sup> MURAT, L. Explicação pessoal. *O Combate*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1892.

<sup>82</sup> MURAT, L. Oposição e anistia. *O Combate*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1892.

*Estamos aqui detidos por falta de meios de transporte para Cucuí. [...] Se não fossem 4:500\$000 de víveres trazidos pelo conde de Leopoldina já os do governo estariam acabados há muito. [...] Este lugar, baldo de recursos, só tem três casas e cerca de 50 habitantes. O cemitério dista do esburacado barracão, em que residimos, cerca de 200 passos. Este barracão está cercado pela água e a enchente ameaça submergi-lo em poucos dias. [...] O povo daqui tem-se negado a prestar-se ao governo, fornecendo-lhe canoas, índios, para transportar-nos. Dizem que não querem ser cúmplices de um crime, porque acreditam não podermos resistir à viagem. Teremos que subir cachoeiras, corredeiras e viajar por lugares, onde durante 3 ou 4 dias não se encontra uma casa. Quer dizer que teremos de cozinhar e dormir no mato! Chove aqui todo o dia, o lugar é uma fábrica de febres. Pensa nisto: 45 dias de tal martírio, sem notícias de ninguém, entregues à força das intempéries, sem notícias da família e dos amigos, sem recursos e sem liberdade. E se nos faltar comida, que morramos de fome, porque as ilhas estão inundadas e o rio transbordado, não se prestam nem à caça nem à pesca.<sup>83</sup>*

A imagem expressa na carta era tenebrosa e certamente seus missivistas não devem ter exagerado nas descrições somente para sensibilizar o governo e a opinião pública através de Luís Murat — ainda que estivessem disponibilizando os recursos levados pelo conde de Leopoldina.<sup>84</sup> Mesmo assim, cartas como aquela eram o único instrumento político dos quais os desterrados dispunham naquele momento. Foi justamente com essa intenção

<sup>83</sup> MURAT, L. Discurso: pronunciado pelo sr. Luís Murat na sessão de 14 de junho, sobre os desterrados. *O Combate*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1892.

<sup>84</sup> Segundo uma nota de Gilberto FREIRE, o Conde de Leopoldina havia acumulado muito dinheiro no início da República (provavelmente com especulações no período do encilhamento), mas que perdera em poucos anos. Cf. FREIRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 419. (Agradeço a Célio Tasinafo pela indicação da referência.)

que Murat a divulgou na sessão da Câmara dos Deputados, terminando a sua leitura com várias acusações:

*Isto é um assassinato ou não? Houve ou não intenção de acabar de uma vez por todas com homens ilustres, aos quais o governo temia? [...] O Amazonas – estado longínquo e imenso, revolve-se em seus desertos ainda virgens, ao passo humano, mergulha em seus rios colossais, confunde-se com outros países, e opõe ao viajante as suas latitudes caniculares e as suas malárias mortíferas. E foi essa a região que o governo do sr. Floriano achou para dar como exílio às vítimas de sua prepotência tirânica. [...] Em outros países, mesmo no caso de perigo eminente (o que não houve entre nós) o governo envia para centros populosos, para lugares confortáveis e salubres os cidadãos envolvidos nas conspirações. Aqui não, degredam para lugares onde reinam febres mortíferas, onde faltam todas as comodidades, onde a morte é uma ameaça perene aos que se deixarem enlear nas malhas preparadas por um governo sem prestígio e sem apoio na lei, afim de governar a seu bel-prazer, fora de qualquer intuitos patrióticos, fora da constituição – base da nossa vida política e social.<sup>85</sup>*

Neste discurso, Murat seria interrompido várias vezes por José Beviláqua, seu antagonista declarado, que afirmava ser a carta dos desterrados *exagerada*, fruto de *pura imaginação*. Tomando aquilo como uma afronta, o literato travou uma violenta discussão com seu adversário, apartada somente quando o presidente da Câmara ameaçou encerrar a tumultuada sessão. Publicada em *O Combate* no dia 22 de junho, a transcrição do discurso de Luís Murat reproduzia todos os apartes ocorridos durante aquela sessão na Câmara dos Deputados. No dia seguinte, o jornal trazia a seguinte notícia:

*'O Combate' suspende momentaneamente, por muitos poucos dias, a sua publicação para fazer a montagem de suas novas oficinas e redação. Tendo ocupado até*

---

<sup>85</sup> MURAT, L. Discurso... 22 jun. 1892.

*hoje uma propriedade unicamente por aluguel e tendo passado essa propriedade a novos donos, por cavalheirismo, não os querendo privar da posse imediata da sua casa, a empresa de 'O Combate' deixa de publicar sua folha durante certo lapso de dias, pedindo desculpas aos seus assinantes e amigos por essa interrupção involuntária. O aparecimento do 'O Combate' não se fará demorar e a nossa folha surgirá cada vez mais forte para julgar e criticar os atos do governo, que está longe de dar a este país o futuro porque todos os grandes patriotas se bateram.*<sup>86</sup>

Ainda que a nota informasse que a interrupção do jornal duraria poucos dias, aquela foi a última edição de *O Combate*. Lembrando que o prédio onde o jornal instalara-se era alugado — do antigo *Correio do Povo* — Murat explicava que a propriedade havia passado para novos donos e por isso a folha precisaria de novas acomodações para continuar a sua publicação.

Ainda que *O Combate* estivesse sobrevivendo sob a direção de Luís Murat, o fato era que seus idealizadores e seu gerente estavam presos ou desterrados. Para além das inúmeras dificuldades certamente enfrentadas por Murat para tocar adiante a folha de seus amigos, é provável que o seu violento discurso, publicado no dia anterior, tenha influenciado politicamente o fim do periódico, atraindo novos problemas para a instalação das suas novas oficinas e redação.

Depois de passar por mais duas discussões nos meses seguintes, o projeto de anistia foi finalmente aprovado pelo Congresso em 5 de agosto de 1892, sendo acatado no mesmo dia por Floriano Peixoto. Segundo as notícias, o governo fez comunicar a todos os Estados o decreto que anistiava os condenados pelos atos de 10 de abril, já autorizando a volta imediata dos desterrados, cujas passagens correriam por conta dos cofres públicos.<sup>87</sup> Enquanto Olavo Bilac era libertado logo em agosto, Pardal Mallet, Patrocínio e os outros que se encontravam na Amazônia só desembarcariam no Rio de Janeiro no mês seguinte. Com o desaparecimento de *O Combate*, Bilac e

<sup>86</sup> MURAT, L. Expediente. *O Combate*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1892.

<sup>87</sup> A anistia. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1892.

Pardal Mallet retornam para a redação da *Cidade do Rio*, reunindo--se novamente em torno do antigo líder de lutas abolicionistas.<sup>88</sup>

*O Combate*, que circulou por apenas seis meses, constituiu-se, assim, fonte privilegiada para se tentar entender como foi construída a oposição de alguns escritores cariocas a Floriano Peixoto, tendo sido fundado justamente com esse propósito. Contudo, a análise de alguns artigos de Pardal Mallet, Olavo Bilac, e depois Luís Murat permitiu perceber como o teor das críticas a Floriano era delimitado diariamente, ganhando novos contornos de acordo com o desenrolar das tensões políticas cotidianas. Algumas delas – como as polêmicas travadas com outros jornais, os confrontos com a polícia local, a rebelião dos presos de Santa Cruz, bem como a manifestação ocorrida em frente à residência de Deodoro da Fonseca, que resultou na prisão e no desterro de várias pessoas –, ao definir pouco a pouco os grupos que se articulavam ao redor do então presidente, constituíram as bases nas quais estruturaram seus textos, incrementando e acirrando a sua oposição ao governo florianista.

A análise deste jornal permitiu compreender também que o ideal republicano compartilhado entre os literatos estava longe de apresentar um consenso. Vista comumente como sua marca principal de identificação nas últimas décadas do século XIX, a militância política constituiu mais um elemento de conflito do que de homogeneidade entre alguns escritores ao longo de 1892. Nos anos anteriores, a luta em comum pela República velou projetos e aspirações diferenciadas que foram postos à prova exatamente durante o governo florianista, ocasião em que posições políticas divergentes entre alguns escritores explicitaram-se rapidamente através das polêmicas na imprensa. De um lado, os redatores de *O Combate* iniciaram forte oposição ao presidente, pois consideravam que ele estava ocupando o cargo ilegalmente, acusando-o também de ter violado a Constituição ao interferir nos negócios dos Estados quando ordenou a deposição dos governadores. De outro, Raul Pompéia entendeu esta atitude do marechal como o esforço de salvaguardar a República, à mercê

---

<sup>88</sup> MAGALHÃES JUNIOR, R. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969. p. 307.

de conspiradores, que somente um governo forte e centralizador poderia derrotar.

Assim, enquanto estratégia de acesso às tensões políticas da década de 1890, a leitura e a análise dos textos publicados em *O Combate*, e o seu contraponto com outros jornais, possibilitou aproximar-se um pouco das experiências de seus redatores, daquilo que pensavam e dos problemas que enfrentaram na vivência de uma carreira na imprensa um tanto quanto incerta durante aquele início conturbado do regime republicano.

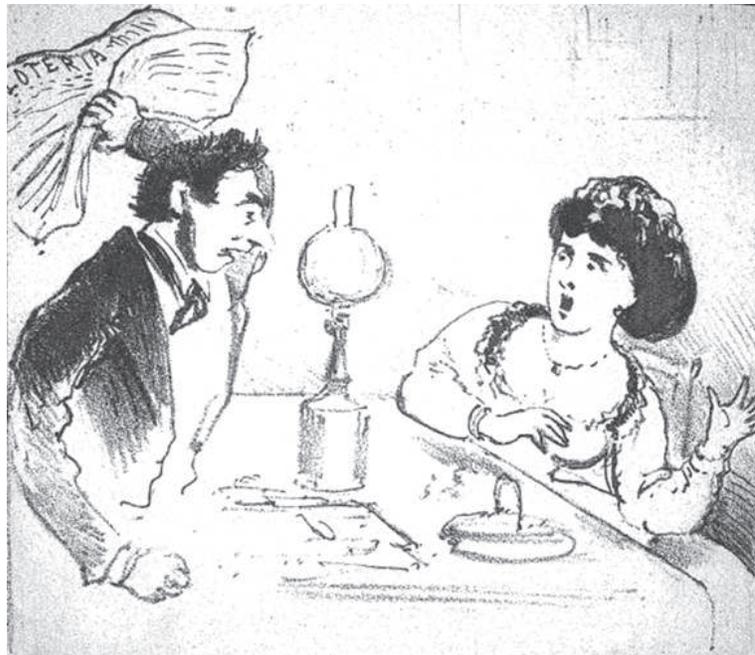
**BETWEEN THE PEN AND THE SWORD. LITERATURE AND POLITICS DURING THE GOVERNMENT OF FLORIANO PEIXOTO: AN ANALYSIS OF THE NEWSPAPER *O COMBATE* (1892)**

**ABSTRACT**

This article studies a group of writers in Rio that were engaged in political opposition to the government of president Floriano Peixoto. Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat and José do Patrocínio thus went to prison and exile in 1892-1893. In analyzing *O Combate*, a periodical published in the first semester of 1892, this piece seeks to understand the reasons for the conflict between writers and federal government.

**KEYWORDS**

Writers; Floriano Peixoto's government; Press



Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 30 jul. 1871, p. 4436.